

# Caderno de Domingo

Domingo, 28 de julho de 1985

**Os 200 mil índios do Brasil, organizados ou não, querem participar da Constituinte, ter suas terras demarcadas e impedir que o Governo continue corrigindo suas falhas com indenizações.**

## Gubernos Virler

O debate sobre "Garimpeiros e Mineração em área indígena" parecia ter perdido a graça para a grande maioria dos participantes desse painel na última reunião da SBPC. Afinal, um artista chamado Ailton Krenak, que se colocaria em um plano mais elevado diante da platéia desejosa de "ver índio falar", por alguma razão deixou de comparecer a mesa-redonda. Decepção!

Comentários do tipo cochicho, formigavam pela ampla e bem equipada sala da Universidade Federal de Minas Gerais. "O índio não veio, cara, pô, só queria ver o que ele tinha a dizer..." Mas, quando o primeiro paineleiro, o Deputado Márcio Santillo, do PMDB/SP, terminou de falar, o coordenador da mesa anunciou que está entre o grupo de conferencistas a tão sonhada figura de Krenak. Nova decepção. Diante da platéia estava um rapaz, franzino, de pele morena e cabelos negros, estatura baixa, rosto de peão. Como um dos últimos a se manifestar, o Presidente da União das Nações Indígenas parece ter captado sabidamente a ansiedade do público que o esperava. Primeiro pediu, em um eloqüente português, desculpas pelo atraso, depois entrelaçou as mãos e começou a contar uma história. Falou durante 60 minutos e nesse período ninguém ousava interrompê-lo, a não ser quando o próprio Krenak estimulava seus ouvintes

questionando por exemplo, do público se "A Funai era um órgão confiável" - todos riram - ele continuou sua história:

- Os povos indígenas embora não tenham nada a ver com esse negócio de dívida externa, assim como não devem ter os brasileiros, estão sendo responsabilizados por ela.

- O garimpo tem efeito de uma bomba dentro de uma comunidade indígena, atropela as formas de organização da comunidade e cria hábitos alheios à cultura tribal. Hoje, existem índios que fazem suas cerimônias regadas com coca-cola.

- Os Gavião foram indenizados com muito dinheiro, estão ricos e aposentados como pessoas inválidas assistidas pelo Inamps. Velhos, jovens e crianças, hoje são tratados como pessoas retardadas que terão como missão gastar o dinheiro da indenização.

- Reparar os erros com indenização é a forma mais canalha que o governo tem de acabar com o nosso povo. Muitas nações indígenas não sabem o que é o dinheiro, tornam-se ricas da noite para o dia e não sabem o que fazer desse tipo de riqueza. Quem quis ver índio falando entrecortado, tipo um antigo sonegador que JG Soares interpretava no programa "Viva o Gordo", acabou tendo uma boa aula de história. Krenak naquele momento, já não era o índio destribalizado que saiu aos 10 anos



zarini denuncia que todas as áreas indígenas do Brasil já estão solicitadas para a exploração mineral, e estudantes de Geografia da Universidade do Amazonas mostram como é fácil substituir os nomes dos rios amazônicos, favorecendo empreendimentos, como aconteceu com o rio Pitanga.

O que o poder Legislativo tem feito, concretamente, para que o país tenha uma política indigenista mais coerente? A questão indígena no Brasil ainda não ultrapassou o limite da denúncia que, no máximo, consegue repercutir por alguns dias, e depois morre nas mãos dos que tem hábito de colecionar recortes. O descaso é tamanho que, quando o Brasil participou de um encontro sobre "povos indígenas", organizado pela ONU, não fez nada mais do que traduzir alguns trechos do Estatuto do Índio, para os gringos verem que aqui índio tem Estatuto e celebra seus rituais à base de coca-cola, sem questionar se o seu paladar é adocicado ou amargo, pouco importa, basta ser coca. A exclusão das populações indígenas na definição dos programas oficiais é uma postura natural, se pensada como reflexo da política de desenvolvimento estatal adotada pelo Governo Brasileiro. Mas, não é decididamente o que a sociedade quer. A Funai encarna a postura do Estado, e o Estado passa por uma indefinição política, permitindo que grupos se organizem e ocupem os espaços para mais tarde decidirem sobre que tipo de política indigenista o Governo da Nova República deve adotar. Enquanto não se chega a definição desse plano, a violência contra os povos indígenas continua. A política econômica exige novos empreendimentos que levam à implantação de grandes projetos agro-industriais e de mineração, afetando direta e indiscriminadamente a sobrevivência das populações indígenas.

Krenak tem toda razão quando diz que a indenização paga pelo Governo às comunidades indígenas é a forma mais aviltante de destruir um povo. A injeção de vultosas somas de dinheiro é um golpe fatal às sociedades tribais, dividindo os grupos e destruindo seus modelos de organização econômico-social.

Discute-se com aptidão o Projeto de Reforma Agrária e a Assembleia Nacional Constituinte. A exceção do Presidente da UNI, ninguém ousou questionar qual a participação dos povos indígenas nesses dois temas de fundamentais importância para a sociedade brasileira. A autonomia dos povos indígenas depende muito do tipo de reforma agrária que o Brasil terá, e a determinação de uma política indigenista justa culminará com a nova Constituição que hoje é esboçada. Mas, quem participa desses assuntos? Os Constituintes se lançam, e com eles apresenta-se ao povo uma campanha milionária que caracteriza o elitismo com que o processo está sendo conduzido. "Vamos eleger, por voto direto, sem compra de eleitores, os nossos dois representantes, que sairão como candidatos à Constituinte, com o compromisso de representar os 200 mil índios do Brasil. Não temos fazendeiros, nem empresários para financiar nossas campanhas, não teremos campanhas, a não ser aquela que é de brigar pelo direito de ter dois lugares nessa Constituinte". (Ailton Krenak). E um grão de areia que incomoda delicados calcaneares. Pode até ser lançado fora, como foram os outros grãos que ousaram incomodar. Mas, enquanto vivo, resisto e mantenho chama acesa contra a extinção, mesmo que os sobreviventes sejam hoje, apenas 200 mil.

de convívio do seu povo e hoje trabalha numa das fábricas de São Paulo, mas sim o presidente de uma entidade não reconhecida pelos órgãos oficiais que conta com o expressivo saldo de 60 índios assassinados. Com firmeza o discurso prosseguiu, revelando dados terríveis e completamente desconhecidos pela maioria dos presentes, como o desaparecimento de 720 nações indígenas no Brasil e os critérios usados para manter os índios do Parque Nacional de Xingu "pacíficos" para os civilizados. "Aquilo lá é um campo de concentração, onde é concedido a uns irmãos o direito de decidir sobre a vida dos índios, que dizem: olha se vocês não se comportarem, vamos chamar os homens brancos que têm raiva de vocês, ou seja, assumem o papel de defensores e juizes dos índios", relata Ailton. Não foi à toa que ao encerrar sua participação na mesa-redonda, Krenak recebeu sensibilizadas manifestações. Os pesquisadores e estudantes tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais da história do Brasil, e descobrir que não é em Brasília que a política é traçada. Ali apenas são consumados os acordos que representam os interesses econômicos de grupos de Roraima, de Mato Grosso, do Amazonas, dos Estados brasileiros. Se perguntou de tudo ao Presidente da UNI, inclusive qual a sua posição em relação ao Deputado Fe-

deral Mário Juruna, mas Krenak não quis discutir o ex-cacique Kavanté. Disse que Juruna tinha sido usado para mostrar a incapacidade dos índios e pediu: "quando o Governo brasileiro disser a vocês que vai sacrificar novos índios em nome dos interesses da nação, questionem dele sobre que nação se refere, porque aqui existem 181 nações, e pelo que me consta, não tem sido levado em conta o interesse do povo brasileiro".

Novas táticas

Hoje, existe um mito que se fortalece e convence alguns setores: é o de que a serra dos Surucucus, em Roraima, pode ser explorada com resultados tão bons que daria até mesmo para pagar a dívida externa. Inaugurar projetos faraônicos com a desculpa de que dariam para pagar a dívida externa, é discurso de velha República, arma que se pensava enguçada, mas que ainda pode causar surpresas, com disparos inesperados. Surucucus é um desses instrumentos. O movimento de garimpeiros em direção aquela serra cresce e a pressão social também. Não se entende o porquê do DNPM até hoje ter se manifestado de forma tão limitada em torno da questão Surucucus, é provável que a direção do órgão diga que não tem razões para fazer esclarecimentos públicos, afinal nunca se fez isso. Entretanto, se há esforços visando mudanças, esse tipo de comportamento pre-

de ser adotado, pois a comunidade brasileira não foi às praças gritar mudanças apenas de pessoas. As pesquisas têm revelado que o potencial mineral de Surucucus, notadamente a cassiterita que detém a maior quantidade, chega a sensibilizar corações de altos investidores, contudo, sua exploração é inviável economicamente, por exigir um custo muito caro. Estranhamente, os garimpeiros, hoje organizados numa poderosa entidade, insistem que Surucucus é uma mina e forçam a abertura da área para a garimpeagem. O empenho desse segmento social é tão grande que já encaminhou ao Governo Federal, e está sendo analisado, um documento propondo que Surucucus seja aberta, com a promessa de que parte dos lucros obtidos nessa atividade serão destinados aos índios que vivem naquela região. Se a exploração é inviável, como dizem os técnicos, por que a insistência dos garimpeiros? Quem financiou a "operação Surucucus", que pretendia colocar naquela área 3 mil homens, e que pela sua suntuosidade exigiu muito dinheiro?

Mas, as ameaças que se concretizam contra as populações indígenas não estão representadas unicamente pela Serra dos Surucucus. Esse é um minúsculo ponto diante do universo de instrumentos que trabalham no sentido de impedir a conquista da autonomia dos povos indígenas. O antropólogo Marcos La-



Texto: Ivânia Vieira